



ECONOMIA, POLÍTICA E ENERGIA

DIÁLOGOS ESTRATÉGICOS

Esta publicação faz parte do projeto **Economia, Política e Energia - Diálogos Estratégicos**, do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). A cada trimestre, economistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas - terceiro think tank mais importante do mundo pelo Global Go To Think Tank Index Report, da Universidade da Pensilvânia - se reúnem com associados do IBP para apresentar as mais recentes projeções e debater a conjuntura econômica e política do Brasil e do mundo, com especial foco para o setor de óleo e gás. Os eventos também podem ser acompanhados remotamente.

Aqui estão reunidos os principais temas e referências abordados no encontro de outubro de 2022, mediado por Fernanda Delgado, diretora executiva Corporativa do IBP.



Parte 1

Panorama internacional

Vento de proa

6



Parte 2

Cenário doméstico

Surpresa efêmera

17



Parte 3

Macroeconomia e energia

Nova ordem (energética) mundial

27

O segundo encontro **Economia, Política e Energia - Diálogos Estratégicos**, promovido pelo IBP, aconteceu ainda na expectativa do resultado do segundo turno das eleições presidenciais, decidido por uma margem estreita de votos a favor de Lula. Em meio aos primeiros sinais sobre a cara que o terceiro mandato do presidente eleito poderá ter, vale revisar o cenário de Brasil - e de mundo - que os pesquisadores do FGV IBRE traçaram para 2023.

Na lista de preocupações, a inflação se mantém entre os primeiros lugares. Excluído o efeito dos sequentes choques que desordenaram as cadeias de fornecimento e impactaram preços, agora os países enfrentam a etapa mais dura do ajuste, concentrada em setores como o de serviços, de inflação mais persistente. Uma economia chinesa pouco dinâmica também afeta esse quadro, como mostram Silvia Matos e Livio Ribeiro.

Para o setor energético, segue o desafio de identificar quais efeitos a guerra na Ucrânia deixará na agenda de descarbonização, debatida na COP 27. Há também outro ângulo, ainda pouco tratado, que a diretora executiva corporativa do IBP Fernanda Delgado nos ajuda a analisar: em que medida a valorização da segurança energética provocada pelo conflito afeta as posições de Estados Unidos e China no atual contexto de aumento da polarização entre as duas potências mundiais.

Boa leitura



Parte 1

Panorama internacional



Vento de proa

No segundo encontro *Economia, Política e Energia - Diálogos Estratégicos*, os especialistas do FGV IBRE enfatizaram a mensagem de que, em 2023, os ventos externos não serão favoráveis ao Brasil. Diversas projeções já reconhecem o curso de uma **desaceleração econômica mundial**, entre as quais a do FMI, em seu *World Economic Outlook*¹ divulgado em outubro. No documento, o Fundo deixou claro que a inflação continuará sendo fonte de preocupação e incerteza. E que a saúde futura da economia global, afirmou no texto, “depende criticamente da calibragem bem-sucedida da política monetária, do curso da guerra na Ucrânia e da possibilidade de mais interrupções do lado da oferta relacionadas à pandemia, por exemplo, na China”.

Livio Ribeiro, pesquisador do FGV IBRE, sócio da consultoria BRCCG, ressalta que o tom mais ameno dos bancos centrais da zona do euro e dos Estados Unidos em suas últimas reuniões de política monetária - respectivamente, no final de outubro e início de novembro -, não significa necessariamente uma melhora do quadro inflacionário para 2023.

No caso da Europa, os **Barômetros Globais**² produzidos pelo FGV IBRE em parceria com o Instituto Econômico Suíço KOF da ETH Zurique, na Suíça, apontam que em novembro esta foi a única região que registrou melhora da percepção do futuro de curto prazo. “De fato, os dados do PIB europeu do terceiro trimestre foram mais fortes do que os esperados. Além disso, a queda do preço da energia no mercado *spot* trouxe uma importante descompressão no debate quando comparado há

¹World Economic Outlook: <http://bit.ly/3gampf7>

²Barômetros Globais FGV / KOF de novembro/22: <http://bit.ly/3gat8FX>

Desaceleração econômica mundial

Projeção (%) de crescimento por região

	2021	2022	2023
Estados Unidos	5,7	1,6	1,0
Zona do Euro	5,2	3,1	0,5
Oriente Médio e Ásia Central	4,5	5,0	3,6
Ásia emergente e em desenvolvimento	7,2	4,4	4,9
América Latina e Caribe	6,9	3,5	1,7
África Subsaariana	4,7	3,6	3,7
Mundo	6,0	3,2	2,7

Fonte: IMF, *World Economic Outlook* – outubro 2022.





“Países que se anteciparam no ajuste monetário navegarão melhor nessas águas - o que não significa que navegarão bem”

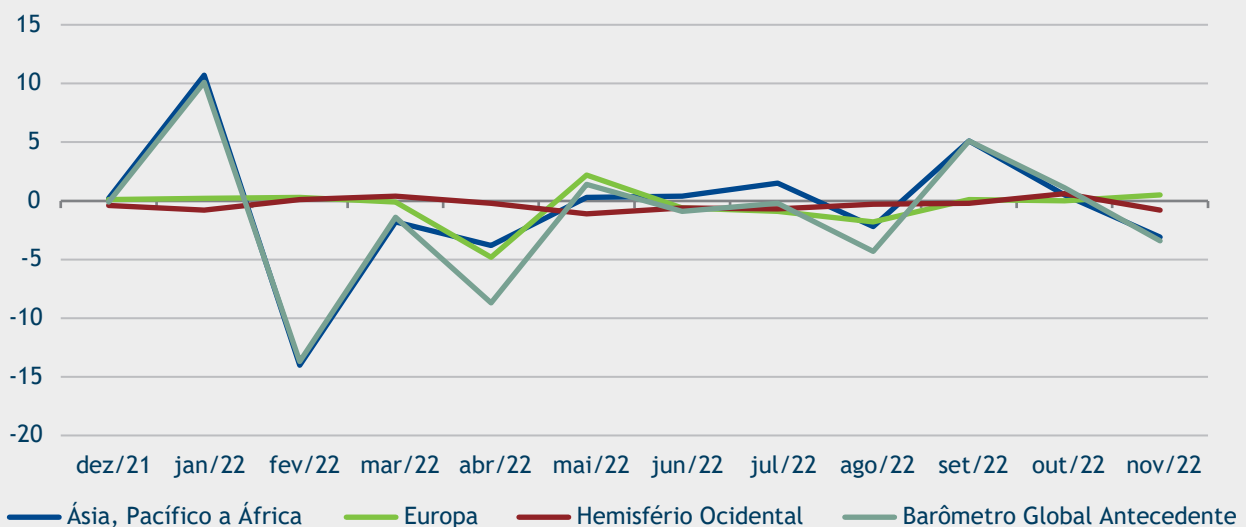
Livio Ribeiro

alguns meses, quando se temia faltar gás no inverno”, diz Ribeiro. “Ainda que a situação das empresas seja de contenção de consumo, e os preços ainda estejam acima do normal, há um certo alívio quanto à garantia de abastecimento para as famílias, apesar da gravidade do quadro”, afirma.

A perspectiva para 2023, entretanto, não muda: inflação para cima, atividade para baixo. Com o índice de preços ao consumidor rodando na casa dos 10% na região em outubro, com o núcleo em torno dos 5%, Ribeiro diz estar claro que ainda não era hora de o Banco Central Europeu (BCE) atenuar a comunicação sobre o panorama prospectivo dos juros, depois de elevar as taxas em 75 pontos-base (bps, na sigla em inglês), em 27 de outubro. Ao que tudo indica, mais do que uma melhora do cenário de preços, essa mudança pode estar relacionada aos limites institucionais que o BCE enfrenta em sua atuação. Ribeiro lembra que a zona do euro passou muito tempo

Barômetros Globais:

contribuição de cada região para as expectativas quanto ao futuro – em pontos



Fonte: KOF, ETH Zurich e FGV IBRE.

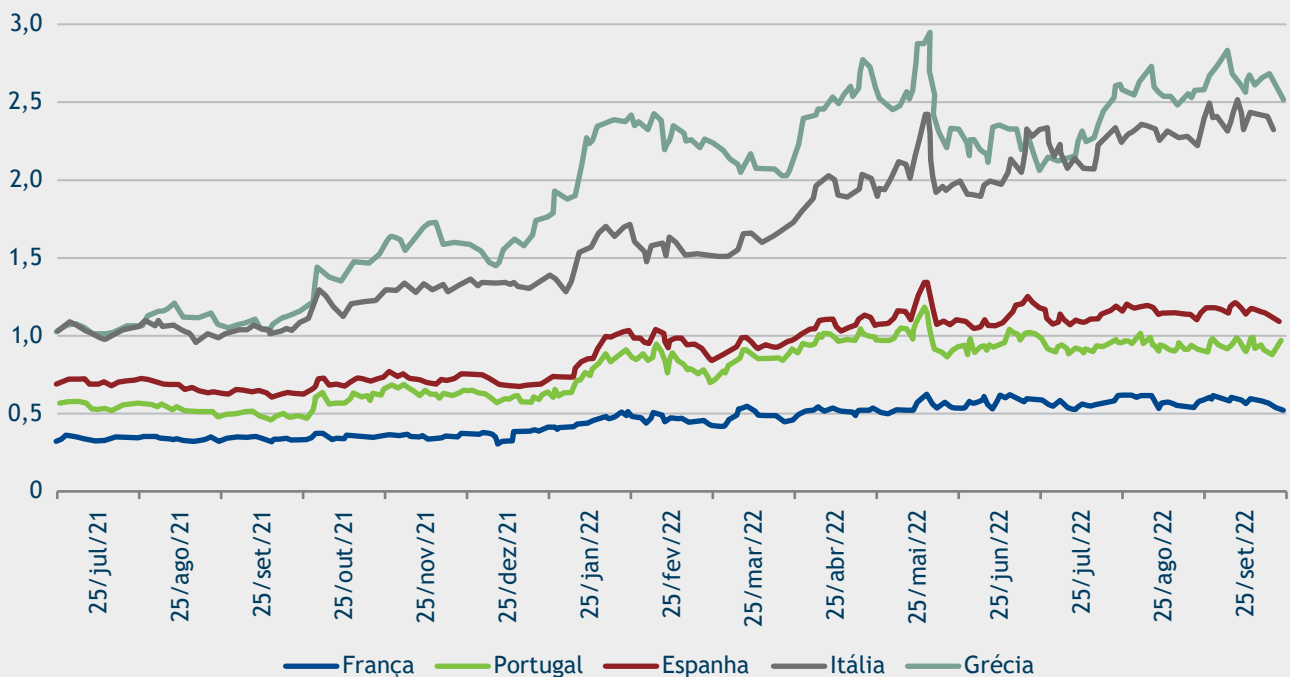
operando com juros negativos e, a partir do momento em que a autoridade monetária mudou a direção para juros positivos e crescentes, alguns países do bloco ficaram expostos a dificuldades em rolar sua dívida. Dado que os países da zona do euro não podem fazer seu ajuste via desvalorização da moeda, a correção desse desequilíbrio em economias menos robustas - como Itália e Grécia - passa pela cobrança de um prêmio em relação aos papéis de países mais fortes.. Prova disso foi o aumento já registrado no *spread* cobrado nos títulos de 10 anos de diversas economias em relação ao título alemão, usado como referência. Ainda que o BCE tenha se valido de algumas medidas para minimizar as chances de disfunção nos mercados - como a compra de títulos de países periféricos e mais endividados, o TPI -, se o **custo de rolagem da dívida** desses países periféricos disparar,

alimenta-se o risco de ruptura na zona do euro. “Isso significa uma região que tende a ser um pouco mais leniente com o ritmo de combate à inflação”, diz Ribeiro.

No caso dos Estados Unidos, o comitê de política monetária (Fomc) do banco central (FED) foi mais enfático em sinalizar uma provável redução do ritmo de elevação dos juros ainda este ano. Ainda que seja positivo o reconhecimento pelo banco de que no final de 2022 os juros básicos (Fed Funds) deverão estar mais altos do que previu anteriormente - a estimativa de Ribeiro é de que feche em 4,25% ao ano (limite inferior) -, o pesquisador ressalta a importância que a comunicação do FED ainda terá na trajetória de combate à inflação. “O presidente do FED (Jerome Powell) considera que as expectativas de longo prazo estão ancoradas, e ressal-

Europa: *spread* cobrado sobre a Alemanha – 10 anos (p.p.)

sobem os preços para rolagem da dívida de economias mais frágeis



Fonte: Bloomberg.

Itália

Ação do Banco Central Europeu tem que dosar aumento do custo de rolagem da dívida pública, sob risco de ruptura da zona do euro

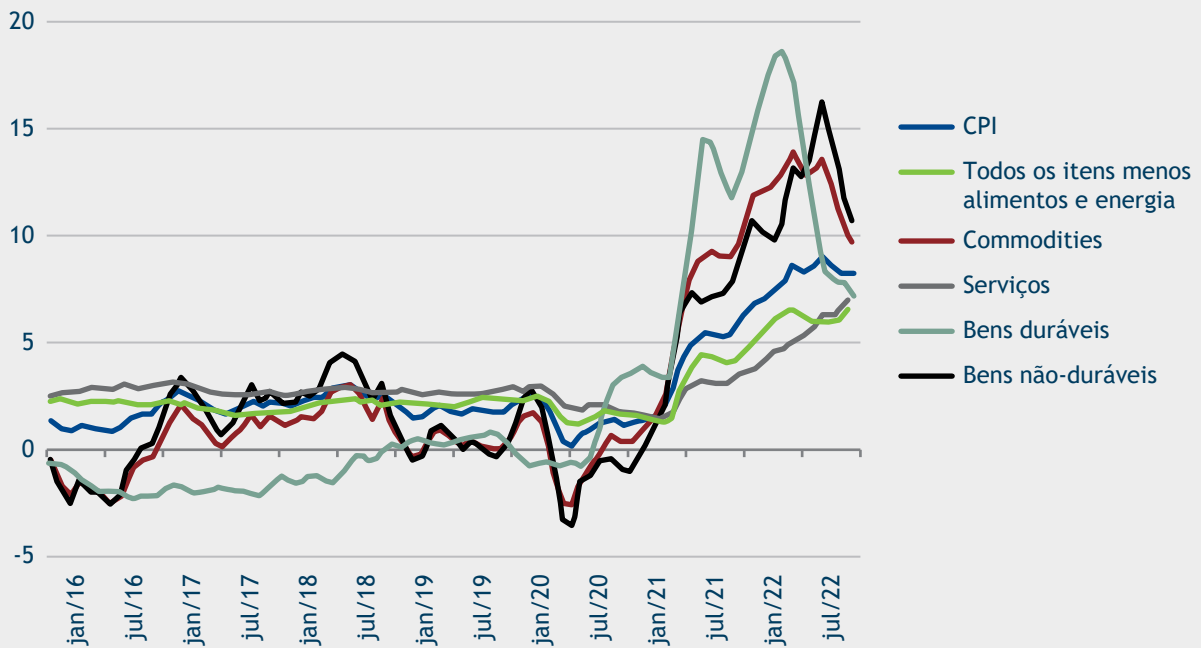


ta que os salários estariam ‘andando de lado’, depois de registrarem valorização”, cita Ribeiro. Mas, a despeito dos reflexos da desaceleração global em preços de *commodities* e bens não-duráveis, a inflação de serviços continua pressionando, mantendo os núcleos em patamares elevados, mais difíceis de mudar. E, defende Ribeiro, não há como desinflacionar serviços sem gerar ociosidade no mercado de trabalho. “É preciso levar em conta que os Estados Unidos operam com uma das menores taxas de desemprego dos últimos 20 anos”, completa, característica comum a outras economias que também precisam lidar com a pressão de preços.

Ribeiro afirma que as estimativas de juro neutro para os Estados Unidos - aquele que não estimula inflação, tampouco promove desaceleração econômica - está na casa

Inflação nos EUA:

em alta, mesmo com redução em *commodities* e não-duráveis (%)



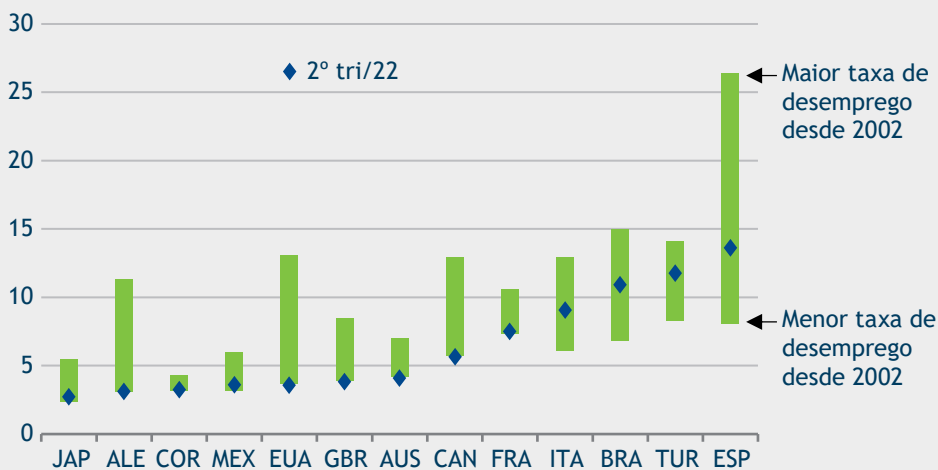
Fonte: BLS. Elaboração: BRGC

dos 5,5% ao ano, o que leva o pesquisador a projetar os Fed Funds do final de 2023 em ao menos 5,25%. “Se o medo do mercado de uma recessão prevalecer, o FED correrá o risco de não conseguir levar a inflação para a meta”, afirma. Guardadas as proporções, o desafio de combater um núcleo persistente de inflação é parecido com o que o Brasil tem enfrentado. Mas os Estados Unidos contam com ao menos uma van-

tagem: um nível consideravelmente menor de indexação da economia, que no Brasil funciona como um acelerador automático da inflação. “Os Estados Unidos, entretanto, são um país que nos últimos 30 anos não experimentou inflação, o que torna o processo mais difícil. E, quando se trata da necessidade de gerar ociosidade para levar os preços para baixo, o receituário é o mesmo, tanto lá quanto aqui”, diz.

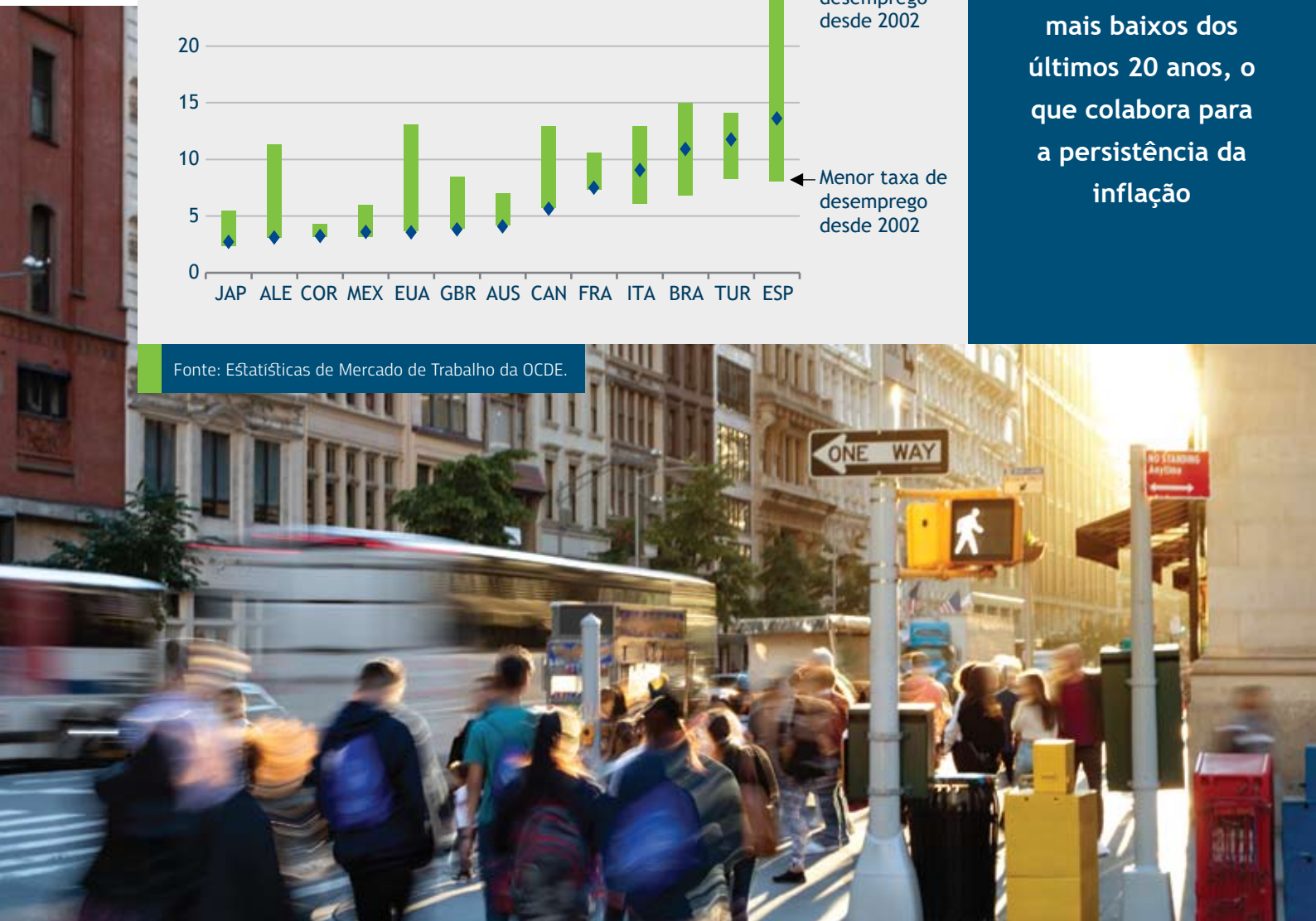
Inflação e mercado de trabalho:

Taxa de desemprego, % da força de trabalho



Fonte: Estatísticas de Mercado de Trabalho da OCDE.

Estados Unidos
Desemprego se encontra nos níveis mais baixos dos últimos 20 anos, o que colabora para a persistência da inflação



Fator China

Ainda que relevante, a evolução da inflação nas economias desenvolvidas não é a única na lista de preocupações macroeconômicas no *front* externo. Tal como na primeira edição do evento³, a baixa dinâmica da economia chinesa foi destaque neste segundo encontro no IBP. “O interessante é, que nos últimos 20 anos, sempre que o mundo desacelerou, a China ampliou seu nível de crescimento, promovendo um equilíbrio. Agora, ao contrário, ela colabora para a desaceleração do crescimento econômico mundial. E isso tem implicações completamente distintas das observadas nos últimos 20 anos, seja para preços de *commodities*, seja para as perspectivas de ajuste monetário e fiscal no mundo desenvolvido e, em algum nível, também no mundo emergente”, diz Ribeiro.

Um dos reflexos globais da falta de vigor econômico da China é a queda das importações do país, especialmente de *commodities*, com economias emergentes exportadoras líquidas de produtos como minério e agropecuário sofrendo mais. Isso já se fez sentir na balança comercial brasileira este ano. O Indicador de Comércio Exterior (Icomex) elaborado pelo FGV IBRE⁴ mostra que, no acumulado de janeiro a outubro, o volume exportado de *commodities* registra uma modesta alta de 1,5% em relação ao mesmo período de 2021. Já as exportações totais para a China recuaram 8,9% em volume na mesma comparação. Tal retração foi compensada pelo choque

positivo de preços, em especial motivados pela guerra na Ucrânia. Na análise de Lia Valls, pesquisadora associada do FGV IBRE, em 2023 a manutenção de superávits nesse campo dependerá ainda mais de choques de oferta que sustentem o aumento de preços, dado que a projeção para o PIB mundial tem sido revista para baixo.

Um segundo fator do qual poucos tratam, apontado pela coordenadora do Boletim Macro FGV IBRE Silvia Matos, é que o gigante asiático tem tornado o combate à inflação mais desafiador na medida em

Xi Jinping

Decisão do governo de estimular a economia pelo lado da oferta tem sido pouco efetiva para dinamizar o PIB



³Cobertura da 1ª edição de *Economia, Política e Energia – Diálogos Estratégicos*: <http://bit.ly/3AjR11a>

⁴Icomex de outubro/22: <http://bit.ly/3hQNKDO>

que não atua mais como exportador de deflação de bens. “Tanto do ponto de vista de insumos produtivos quanto de bens finais, durante um tempo o mundo se beneficiou muito com as exportações chinesas de produtos baratos. Agora já não se pode contar com essa ajuda, o que colabora para tornar o combate à inflação mais difícil, levando para um baixo crescimento por mais tempo”, diz. Ribeiro lembra que esse período de preços chineses no atacado em deflação começou a mudar a partir de 2018, com as primeiras desorganizações de cadeia produtiva provocadas pela guerra comercial EUA x China. “Mas o mundo

em que o preço nominal de uma máquina de lavar ou uma geladeira, por exemplo, era o mesmo em uma década já não existe mais.”

O terceiro elemento citado pelos pesquisadores, ainda em referência à atual conjuntura econômica chinesa, é a manutenção de parte da desorganização das cadeias produtivas provocada pelo choque de Covid-19. No caso da China, uma normalização completa ainda depende de que o país consiga fortalecer seu ciclo vacinal - o que inclui introduzir imunizantes de tecnologia diferente à da de vírus inativado, em especial as de RNA mensageiro -, para permitir uma aproximação da estratégia de controle de contágio à do mundo ocidental, mais flexível depois da vacina. “Levando em conta que essa rodada de novas vacinações sequer começou, e que se trata de uma população na casa do bilhão, realisticamente ainda devemos ver a manutenção da política de Covid zero, em maior ou menor grau, até pelo menos meados do ano que vem”, avalia Ribeiro.

O pesquisador ressalta que a política de Covid zero, apesar de polêmica, reflete o cálculo do governo chinês de que o custo econômico das rígidas medidas de restrição é menor que o sanitário-institucional e de estabilidade do regime - levando em conta que se trata de um país populoso, sem cobertura universal de saúde pública. Identifica-se como um reforço de sua aprovação a escolha pelo presidente Xi Jinping de Li Qiang entre os nomes para o alto escalão do governo no Congresso do Partido Comunista da China (PCC). Entre eles sairá o novo primeiro-ministro do país, a ser definido

Pandemia

Política de Covid zero não será abandonada pela China antes de se fortalecer o ciclo vacinal com diferentes tecnologias de imunizantes



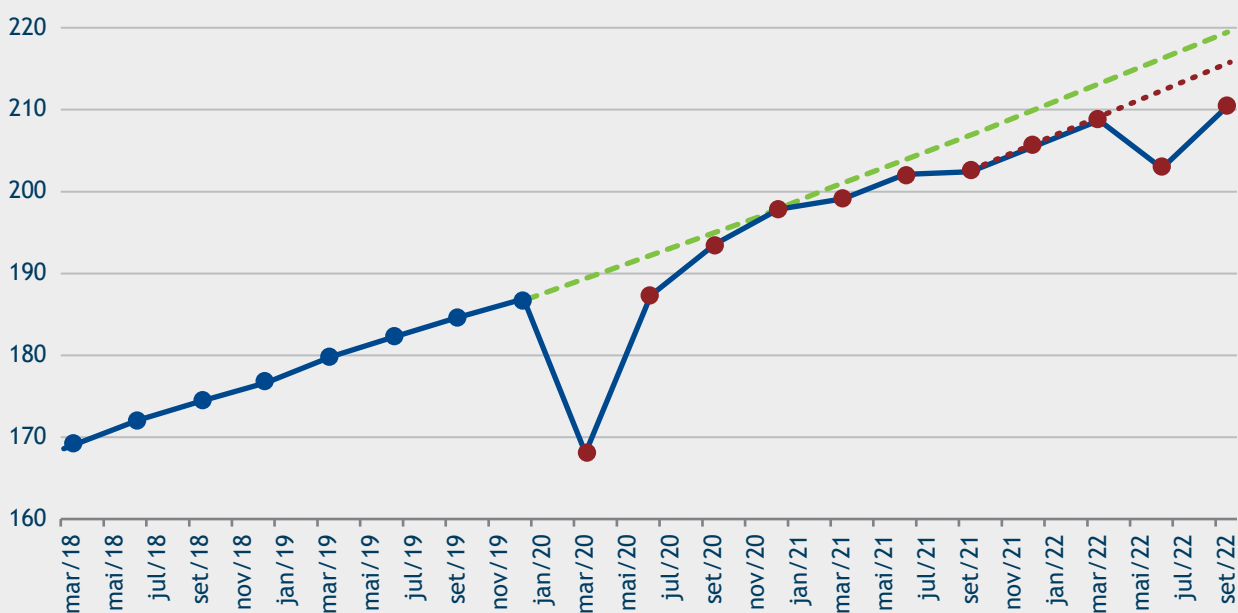
em março de 2023. Li Qiang é conhecido por sua atuação como secretário do Partido Comunista de Xangai, onde este ano operou um *lockdown* de mais de dois meses, provocando protestos na cidade que é um dos principais centros financeiros do mundo. “Apesar de ter sido referência na mídia ocidental pela polêmica em torno das restrições para controle da pandemia, ele também se destaca por sua experiência em negociação com empresários, atrair indústrias de base tecnológica para Xangai, e ser promotor da indústria 4.0. São características que casam com os desígnios de médio prazo do governo, de tornar a China um ator relevante na ponta mais alta da cadeia de valor adicionado mundial”, descreve.

O fato, entretanto, é que o custo econômico dessa decisão - definida pelo próprio governo como uma escolha pela segurança e pelas pessoas - tampouco é desprezível,

colaborando para que a China se afaste da **tendência de crescimento observada antes da pandemia**. E que, somado a uma estratégia de estímulo econômico do governo classificada por Ribeiro de mal calibrada - por estar concentrada do lado das empresas, enquanto **o consumo das famílias segue retraído** - pode levar a impactos mais persistentes na capacidade de crescimento da economia, o que se conhece por histerese. “Por um lado, esse processo de ‘liga/desliga’ a cada novo foco de contágio leva as pessoas a ficarem receosas e cautelosas com seus gastos, prejudicando o potencial de reação da economia no curto prazo”, diz. “E, de outro, vê-se que os cerca de 2 pontos percentuais de resultado primário investidos para impulsionar a economia têm trazido retornos marginais menores.” Livio ressalva que, sobre a parte dessa desaceleração que responde por uma perda de demanda externa, não há muito o que fazer. “No campo doméstico, certamente

PIB Chinês: abaixo da tendência pré-pandemia

Dessazonalizado (dez/10=100)



Fonte: NBS. Elaboração: BRCG.

a ampliação de investimentos em infraestrutura podem ter um efeito no PIB; entretanto, ao não atacar o principal problema hoje, que é de demanda, o incremento de crescimento por unidade de renminbi gasto fica prejudicado”, descreve.

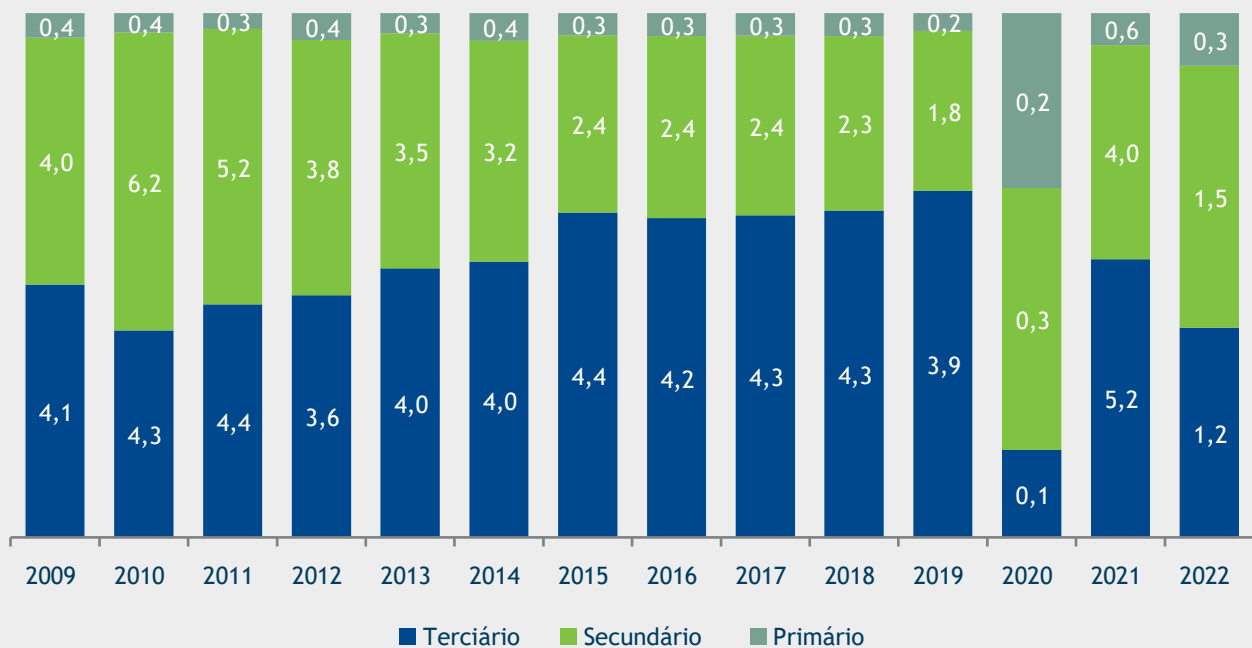
Ribeiro ressalta que o debate sobre a perda de potencial de crescimento da China é prévio à Covid. Acontece há pelo menos quatro anos, motivado por elementos como uma menor participação do fator trabalho no PIB, investimento em capital físico mais baixo, e ganhos de produtividade insuficientes para compensar a desaceleração observada nesses dois primeiros vetores. “O problema, entretanto, é que a sequência de choques pelos quais a economia chinesa passa, somada a esse desequilíbrio na política anticíclica, pode de fato gerar um efeito mais persistente

- quiçá permanente - na capacidade de crescimento estrutural chinês, e levar o país à histerese”, reforça.

Os últimos indicadores de atividade chineses, de outubro, reforçam a perda de tração no curto prazo. Em meio às novas restrições sanitárias registradas no mês, o varejo real (deflacionado pelo IPC chinês) recuou 2,6% em termos interanuais. Os investimentos, por sua vez, apontam uma contraposição entre um ciclo de investimentos públicos em infraestrutura e resultados contracionistas do mercado imobiliário residencial, que registra queda tanto no volume de vendas (-23%) quanto no de novas construções (-35%), na comparação interanual. Diante da nova bateria de resultados, Ribeiro projeta um crescimento do PIB chinês de 3,2% em 2022 e de 4,7% em 2023.

Fraqueza do consumo impacta atividade

Contribuições (p.p.) ao PIB chinês do lado da oferta (3º tri)



Fonte: NBS. Elaboração: BRCG.

Aproveitar a largada

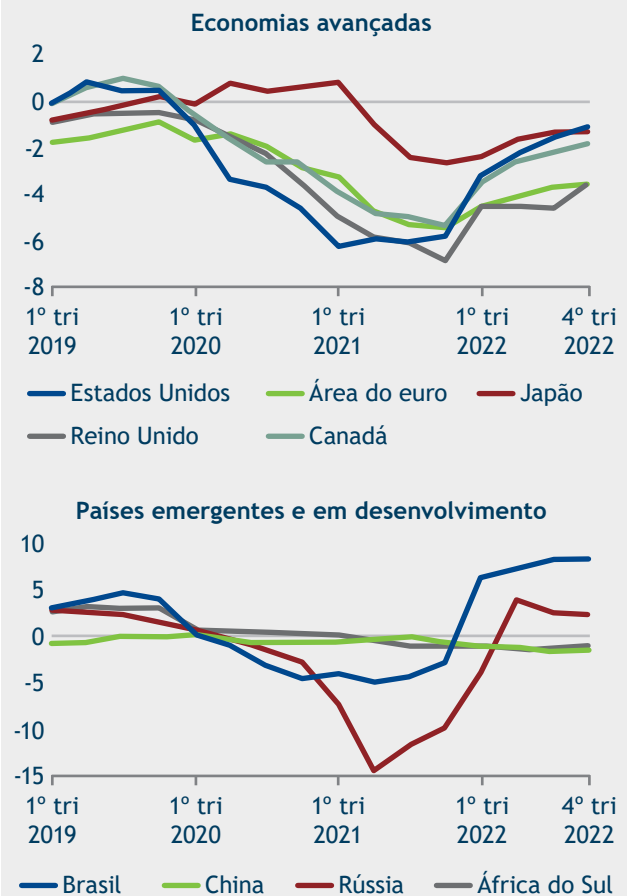
Diante do cenário externo desafiador para 2023, ganham as economias emergentes que saíram na frente em ajustar sua política monetária para combater a inflação. “Quem se antecipou nessa medida vai navegar melhor nessas águas, o que não significa que vai navegar bem. Mas é sempre melhor correr na frente”, diz Ribeiro. O pesquisador lembra, entretanto, que se trata de um mundo mais desafiador. “O custo de capital no mundo desenvolvido não existia, e hoje você tem os Estados Unidos com juros próximos de 5%. Com a quantidade de incerteza que vemos hoje no cenário global - questões sanitárias, guerra comercial, guerra real, mudanças de política em inúmeras economias emergentes relevantes, as incertezas em torno da economia chinesa - uma remuneração de 5% em dólar é relevante”, diz.

Ainda que o Brasil já esteja com prêmios mais altos a oferecer, Ribeiro ressalta que essa gordura não é infinita. “A posição de largada é melhor, mas não temos muita margem de erro.” Para as perspectivas de câmbio, as condições iniciais - projeção de menor crescimento no mundo, com preços de *commodities* para baixo, juros elevados nos EUA - não jogam a favor do real. “O debate é como a pressão internacional irá se transmitir às métricas de risco doméstico, se teremos uma melhora ou piora relativa nesse campo”, reflete Ribeiro. Quanto à possibilidade de queda do juro básico no Brasil em 2023, o economista aponta que também dependerá mais da conjuntura interna, com o sucesso em algum evento de descompressão relativa promovido



Política monetária:

Taxas reais de curto prazo sobem (%)



Nota: cálculo para a área do euro é estimado a partir de projeções individuais para os 16 países da região.

Fonte: FMI.

pelo novo governo - como a aprovação de um *waiver* que o mercado apoie, o atrelamento dessa medida a uma agenda de reformas, e a escolha de uma equipe econômica considerada equilibrada pelos agentes econômicos.

Parte 2

Cenário doméstico



Surpresa efêmera

O Brasil fechará 2022 com alguns resultados macroeconômicos impensados. Vejamos alguns exemplos. As projeções de novembro do Boletim Macro do FGV IBRE¹ apontam para uma expansão do PIB de 2,7% este ano, quando em janeiro os agentes do mercado estimavam que o crescimento da atividade econômica sequer alcançasse 1%. O resultado primário do setor público consolidado deverá ser superavitário em 1,1% do PIB, de acordo com a Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI). E a taxa de desemprego medida pela PNAD Contínua do IBGE, que no primeiro trimestre de 2022 estava em 11,1%, caiu para 8,7% no trimestre móvel encerrado em setembro. O aumento do emprego tem sido puxado

majoritariamente por vagas formais, e há também aumento do salário médio.

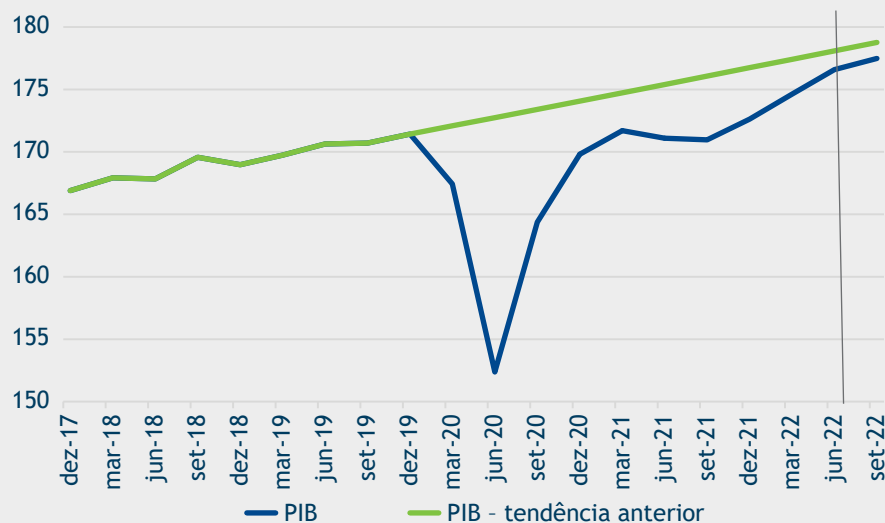
A análise desses números, porém, aponta que não se pode interpretá-los como faróis de otimismo para 2023. Na segunda edição de *Economia, Política e Energia - Diálogos Estratégicos*, a coordenadora do Boletim Macro do FGV IBRE Silvia Matos, mostrou que, além de ser marcada por uma significativa heterogeneidade, e ainda **representar uma evolução do PIB abaixo da tendência pré-pandemia**, a recuperação registrada em 2022 foi ajudada por fatores pontuais que não tendem a se repetir, e que em sua maioria não apresentam efeitos estruturais que garantam persistência no tempo.

A começar pela disparada dos preços das *commodities*, fruto da guerra na Ucrânia, que colaborou para um incremento da arrecadação pública e para sustentar a balança comercial brasileira, mesmo já dian-

¹Boletim Macro FGV IBRE – edição de novembro: <http://bit.ly/30pnev>

PIB: surpresas positivas, mas ainda aquém da tendência pré-pandemia

PIB em nível, com ajuste sazonal (Média de 1995-100)



Fonte: IBGE, projeção FGV IBRE.





“Apesar dos desafios para se equacionar demandas por gastos e a necessidade de ajuste fiscal, sempre há solução”

Silvia Matos

te de sinais de desaceleração da demanda externa. “Essa conjuntura também colaborou para a economia de outros países da América Latina exportadores de *commodities*. Mas não imaginamos que para 2023 os preços mantenham um patamar alto”, diz Silvia, reforçando o diagnóstico de Lia Valls (*pág. 11*) de que, sem um novo choque de oferta, será difícil sustentar bons resultados no comércio exterior, diante de um mundo em desaceleração econômica.

Outro fator de destaque para os resultados observados em 2022 é a recuperação do setor de serviços, que nos últimos anos teve segmentos fortemente castigados pelas restrições ao convívio social necessárias para controlar a pandemia.

A dinamização do setor tem superado as expectativas. Em setembro, de acordo à Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE, os serviços registraram um nível de atividade 11,8% acima do de fevereiro de 2020, pré-pandemia, mantendo uma tendência ascendente. “Enquanto isso, o varejo ampliado e a indústria de transformação encontram-se, respectivamente, 1,5% e 2,4% abaixo do nível que tinham pré-pandemia”, diz. No caso da indústria de transformação, Silvia destaca, por exemplo, que a contração de 0,7% registrada na Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE no agregado até setembro, em relação ao mesmo período de 2021, poderia ter sido pior se não contasse com uma contribuição positiva de 0,9 ponto percentual da atividade de fabricação de coque, petróleo e biocombustíveis. “É um segmento que tem sido beneficiado pelo setor externo”, lembra - ainda que, como apontou o Icomex do FGV IBRE, esse benefício também tenha ocorrido muito mais graças aos preços do que em volume embarcado. No acumulado de janeiro a outubro deste ano em relação ao mesmo período do ano anterior, as exportações de petróleo e derivados registraram alta de 49,2% em preço, e retração de -5,8% em volume. O varejo ampliado, por sua vez, registrou uma reação positiva nos últimos meses. Mas, lembra Silvia, ainda tem seu desempenho restringido pela pressão dos preços de bens industriais e pelo aperto monetário, já que a aquisição de bens de maior valor agregado em geral está atrelada a uma compra parcelada, que demanda crédito.

E se a **heterogeneidade do desempenho entre setores** é algo que está chamando

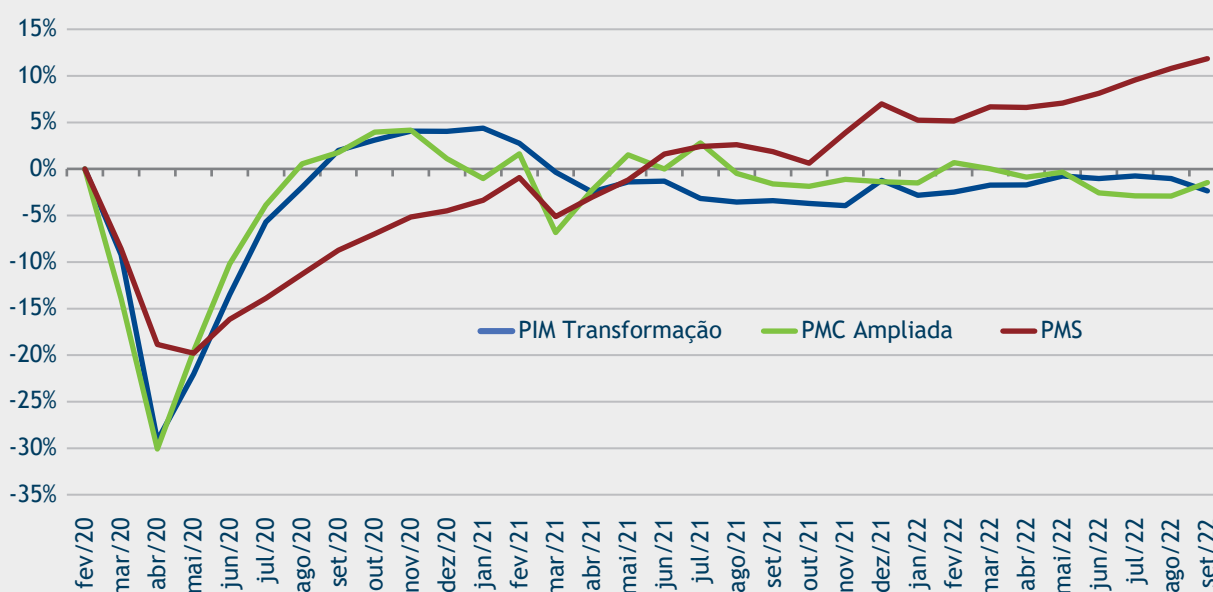
a atenção dos economistas, as igualdades observadas em cada setor também tem sido motivo de análise. Por exemplo, a PMS do IBGE mostra que, enquanto as atividades de transporte registraram em setembro um desempenho 21,8% acima do nível pré-pandemia, e os serviços de tecnologia de informação, 61,3%, **os serviços prestados às famílias ainda estavam 3,9% atrás do nível observado em fevereiro de 2020.** “Além de saber como ficarão essas atividades que não se recuperaram plenamente, a discussão agora se concentra em como ficará o ritmo de crescimento de serviços daqui adiante. Não teremos a todo momento esse *mini boom* resultante da reabertura da economia”, lembra Silvia.

A coordenadora do Boletim Macro lembra que parte da evolução do mercado de tra-

balho está exatamente apoiada no futuro do setor de serviços. Observando os dados da PNAD Contínua do IBGE, já se pode perceber uma desaceleração do ritmo de queda da taxa de desemprego, prenunciando que, conforme o Brasil se mantenha na tendência de desaceleração econômica projetada para a economia mundial como um todo, fruto especialmente do efeito contracionista do combate à inflação, haja algum nível de retrocesso no cenário laboral. Outro fator destacado por Silvia nesse campo é o atual quadro de “muito emprego para pouco PIB”, referindo-se à taxa de variação de ambos no período recente, indicando que a recuperação do emprego observada a partir de 2021 refere-se a setores de baixa produtividade, o que também torna o quadro desafiador para o crescimento brasileiro. Um dado ilustrativo levantado pela equipe de pesquisadores de mercado de trabalho do

Desempenho setorial: Serviços (PMS), Varejo Ampliado (PMC) e Indústria de Transformação (PIM)

Comparação Setorial (fev20=100)



Fonte: IBGE. Elaboração FGV IBRE.

Recuperação heterogênea do setor de serviços

PMS de setembro – distância (%) em relação a fevereiro de 2020

Brasil	11,8	
Serviços prestados às famílias	-3,9	
Serviços de alojamento e alimentação	-5,6	
Outros serviços prestados às famílias	-3,7	
Serviços de informação e comunicação	16,9	
Serviços TIC	17,5	
Telecomunicações	-6,9	
Tecnologia da informação	61,3	
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	-5,8	
Serviços profissionais, administrativos e complementares	6,2	
Serviços técnico-profissionais	24,5	
Serviços administrativos e complementares	-0,5	
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	21,8	
Segmentos de transportes	Transporte terrestre	23,3
	Transporte aquaviário	33,3
	Transporte aéreo	3,9
	Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	18,2
Outros serviços	4,2	

FGV IBRE² é que, com as 2,5 milhões de vagas geradas no primeiro semestre no Brasil, sete ocupações registraram um incremento de 52% em sua participação dentro da população ocupada brasileira em relação ao final de 2021. São elas: condutores de caminhões e ônibus; comerciantes e vendedores de lojas; cuidadores de crianças e ajudantes de professores; mecânicos e reparadores de máquinas; cabeleireiros e especialistas em beleza; trabalhadores em proteção e segurança; garçons e atendentes de bar.

Persistência inflacionária

Por um lado, a inflação tende a exercer um papel de contenção na trajetória dos serviços. Ainda que o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) tenha registrado variação negativa em julho, agosto e setembro, ao se excluir a contribuição de energia, gasolina e telecomunicações, itens que sofreram redu-

²Leia mais sobre a concentração setorial da recuperação do mercado de trabalho no Blog da *Conjuntura Econômica*: <http://bit.ly/3G4el4R>

Setor de serviços
PNAD Contínua do IBGE já aponta uma desaceleração do ritmo de queda da taxa de desemprego

Fonte: IBGE.

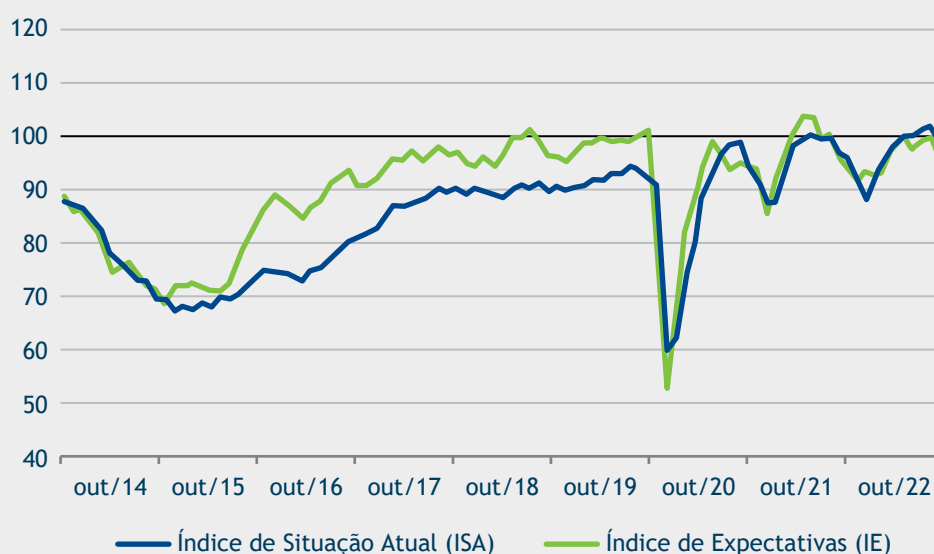
ção de ICMS a partir de julho - quando entrou em vigor a lei que determinou um teto para a alíquota desse imposto -, o IPCA ainda estaria rodando em terreno positivo, ainda que em taxas decrescentes. No Boletim Macro FGV IBRE de novembro, o economista André Braz destaca que, além de fatores transitórios como alta de alguns alimentos *in natura*, o aumento do IPCA em outubro também é justificado pela alta de serviços livres e preços monitorados, o que colaborou para um acréscimo de 4 pontos percentuais no índice de difusão da inflação - que mede o percentual de produtos e serviços que registraram aumento de preços - que em outubro chegou a 68%. Silvia reforça que, daqui adiante, a inflação de serviços - que em outubro chegou a 68%. Em outubro a inflação de serviços registrava uma taxa acumulada em 12 meses de 8,1%, acima do IPCA, que marcava 6,17% no mesmo período. “Por outro lado, a melhora do mercado de trabalho e o aumento do valor do Auxílio Brasil poderão conter

parte dessa desaceleração potencial”, afirma Silvia. A princípio, a estimativa de Sílvia é de que a taxa básica de juros (Selic), hoje em 13,75% ao ano, ainda demore para iniciar uma trajetória de queda, para o que deve colaborar uma taxa de câmbio apreciada, dado o contorno internacional e doméstico - este último, ainda dependente das diretrizes de política fiscal do novo governo. Se estas gerarem dúvidas quanto à capacidade de estabilização da dívida pública, poderão alimentar a pressão inflacionária via aumento do risco país e desvalorização da moeda, o que comprometeria qualquer plano do BC em reduzir a Selic.

Um dos pontos de preocupação levantados pela economista é a atual combinação de alto nível de inadimplência das famílias com elevada taxa de juros. “No contexto da pandemia, as condições tanto de oferta quanto de demanda de crédito foram muito favoráveis, e as famílias - especialmente as de

Índices de Situação Atual e Expectativas recuam

ISA e IE empresariais dessazonalizados, em pontos



Fonte: FGV IBRE.



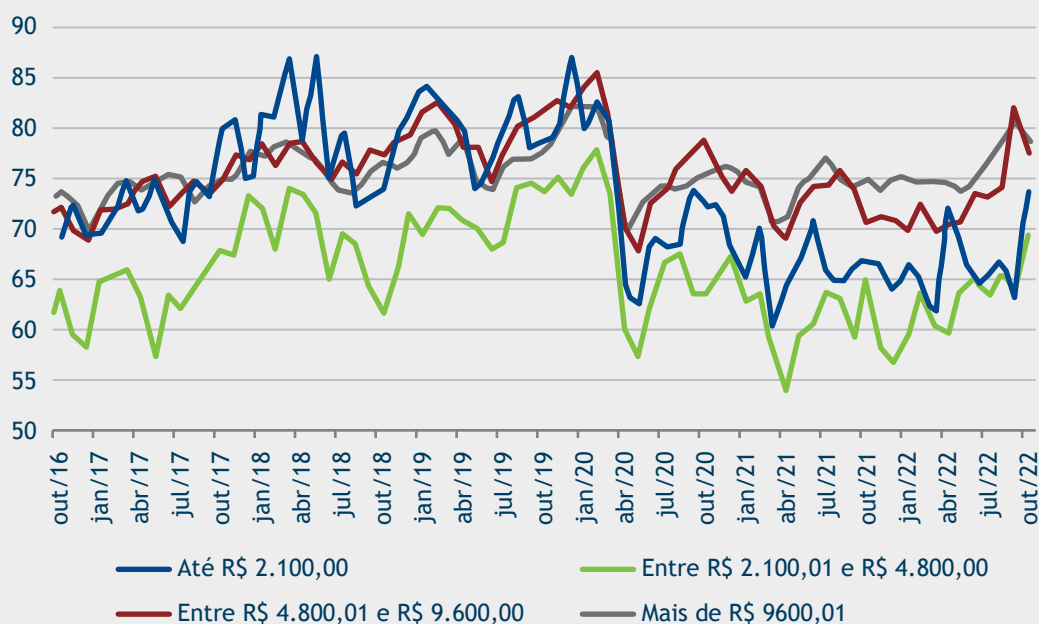
mais baixa renda - se endividaram mais”, diz Silvia. Até agosto, o nível de comprometimento de renda das famílias medido pelo Banco Central registrou alta de 5,7 pontos percentuais em relação a fevereiro de 2020, para 29,4%. Esse número é ligeiramente menor, 27,17%, quando excluído crédito habitacional, mas ainda assim representa uma alta de 5,4 pontos percentuais em relação ao início de 2020. “Algumas modalidades de crédito, como o imobiliário, o crédito agrícola, apontam a uma trajetória positiva, de dinamização da economia e geração de renda. A questão, entretanto, é que quando se fala de crédito às famílias de mais baixa renda, temos um cenário mais preocupante, alimentado também por uma reversão das condições dos juros, tornando o crédito mais caro”, afirma Silvia, lembrando que essa conjuntura adversa também foi observada pelos candidatos à Presidência no momento da campanha, com alguns citando a

possibilidade de lançamento de programas de renegociação de dívidas.

Uma visão mais cautelosa quanto ao horizonte macroeconômico de 2023 também começou a emergir das Sondagens do FGV IBRE. Em outubro, no campo empresarial, houve queda generalizada nos indicadores de confiança. As variações mais expressivas no mês em relação a setembro foram da Indústria e do Comércio, com -3,3 pontos, sendo a indústria o setor que apresenta o indicador no nível mais baixo, com 95,7 pontos. No agregado, as perdas foram maiores no campo do otimismo quanto aos próximos meses, com retração de 4,2 pontos no Índice de Expectativas (IE), enquanto a percepção sobre a situação atual (ISA) sofreu queda de 2,7 pontos. Com esses resultados, o setor da construção foi o único em que a confiança se manteve no terreno da neutralidade, com 100,9 pontos.

Indicador da confiança do consumidor quanto à situação atual

Em pontos, por faixa de renda



Fonte: FGV IBRE.



Pelo lado do consumidor, as Sondagens do FGV IBRE de outubro também registraram ligeiro recuo de confiança, de 0,4 ponto, depois de subir por quatro meses consecutivos. O reforço nas transferências de renda, a redução da inflação e os bons resultados do mercado de trabalho ainda colaboraram para uma melhora do otimismo entre as faixas de renda mais baixas, apesar do alto nível de endividamento. Nas faixas de renda familiar a partir de R\$ 4,8 mil por mês, entretanto, já se observou uma redução do otimismo, sensível à mudança de perspectivas para a economia brasileira. “Entre os empresários, há uma percepção mais negativa nos setores mais dependentes de crédito; para os consumidores, os indicadores relacionados ao endividamento

Em setembro de 2022 as ocupações formais estavam 8% acima do período pré-pandemia, e as ocupações informais, 0,4% acima

	PEA	PO	Formal	Informal
2018	1,2%	1,7%	0,8%	3,1%
2019	1,8%	2,2%	1,8%	2,9%
2020	-5,9%	-7,7%	-4,1%	-13,1%
2021	4,3%	5,0%	1,9%	9,9%

Fonte: FGV IBRE.

das famílias e às condições financeiras são bem negativos”, reforça Silvia, lembrando ainda que a confiança do consumidor se encontra abaixo da empresarial.

As projeções do FGV IBRE para 2023 divulgadas no Boletim Macro de novembro apontam um crescimento do PIB de 0,1% - em outubro, a previsão ainda era de ligeira retração, de 0,4%. “Essa mudança se deve à forte revisão do PIB da agropecuária, para alta de 8%. No caso das atividades dependentes do ciclo econômico, entretanto, mantemos uma projeção negativa, de -0,2%, assim como esperamos uma contração do consumo das famílias”, diz.

Papel do governo

Dadas essas condições de contorno, a economista reforça que a evolução do quadro macroeconômico dependerá do direcionamento do novo governo, especialmente no campo fiscal. “As demandas por gastos sociais aumentaram e são meritórias, mas sabemos que parte da expansão recente não foi bem calibrada. E, por outro lado, precisamos corrigir a trajetória fiscal, para torná-la menos expansionista que o observado neste ano”, afirma. Como o governo irá responder a essa necessidade de conciliar gastos sociais com equilíbrio fiscal será determinante, e sua importância pode ser comprovada já pelas reações às primeiras iniciativas do governo eleito neste período pré-mandato, com a proposta da PEC de Transição - criada, a princípio, para equacionar o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 600, que tinha ficado de fora da PLOA 2023. “O fundamental, que a equipe de pesquisadores do FGV IBRE têm sinalizado há alguns meses, é que qualquer sinalização de aumento de gastos venha acompa-

nhada da da proposta de regra fiscal que sinalize como o governo pensa controlar a trajetória da dívida pública”, diz. Sem essa garantia, e levando em conta a proposta inicial de tirar o gasto com o Auxílio Brasil/ Bolsa Família do teto de forma permanente, o Boletim Macro FGV IBRE de novembro aponta o risco de “impactos negativos sobre a atividade econômica, o emprego e a arrecadação tributária”, além de “um aumento da despesa com juros sobre a dívida pública, dificultando ainda mais o quadro das contas públicas”.

Outro ponto defendido por Silvia é a necessidade de que se retome o aspecto técnico

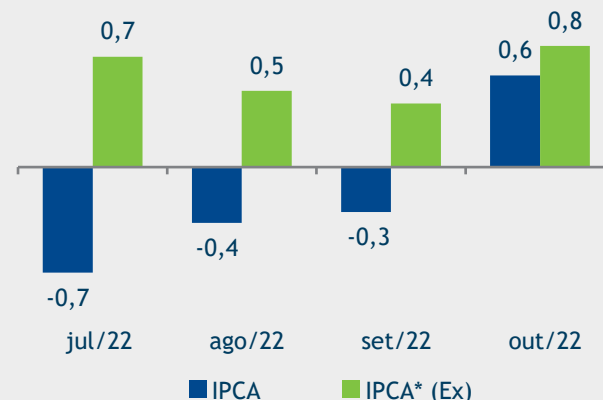
Auxílio Brasil

Mudanças promovidas na política de transferência de renda não são eficientes do ponto de vista econômico e precisam ser reformadas, alertam pesquisadores



IPCA x IPCA* (em %)

(Ex: Energia, gasolina e telecomunicações)



*Exclui energia, gasolina e telecomunicações. Fonte: FGV IBRE.

no momento de revisão e definição das políticas públicas em todos os campos - reforçando a mensagem deixada na entrevista do mês concedida à revista *Conjuntura Econômica* de outubro.³ “Apesar dos desafios para se equacionar demandas por gastos e arrecadação, sempre há solução”, defende. “Nos últimos anos, entretanto, vimos muitas mudanças em relação aos gastos fiscais que também abriram espaço para políticas que não são necessariamente justas do ponto de vista social e eficientes do ponto de vista econômico”, afirma, dando como exemplo a forma como ocorreu a expansão do Auxílio Brasil. Além de o programa perder em focalização ao fixar o valor independentemente do grau de vulnerabilidade das famílias, levantamentos mostram, por exemplo, que em busca de mais apoio financeiro muitas famílias podem ter se fragmentado artificialmente, pedindo mais de um benefício, comprometendo a eficácia do Cadastro Único na compreensão do

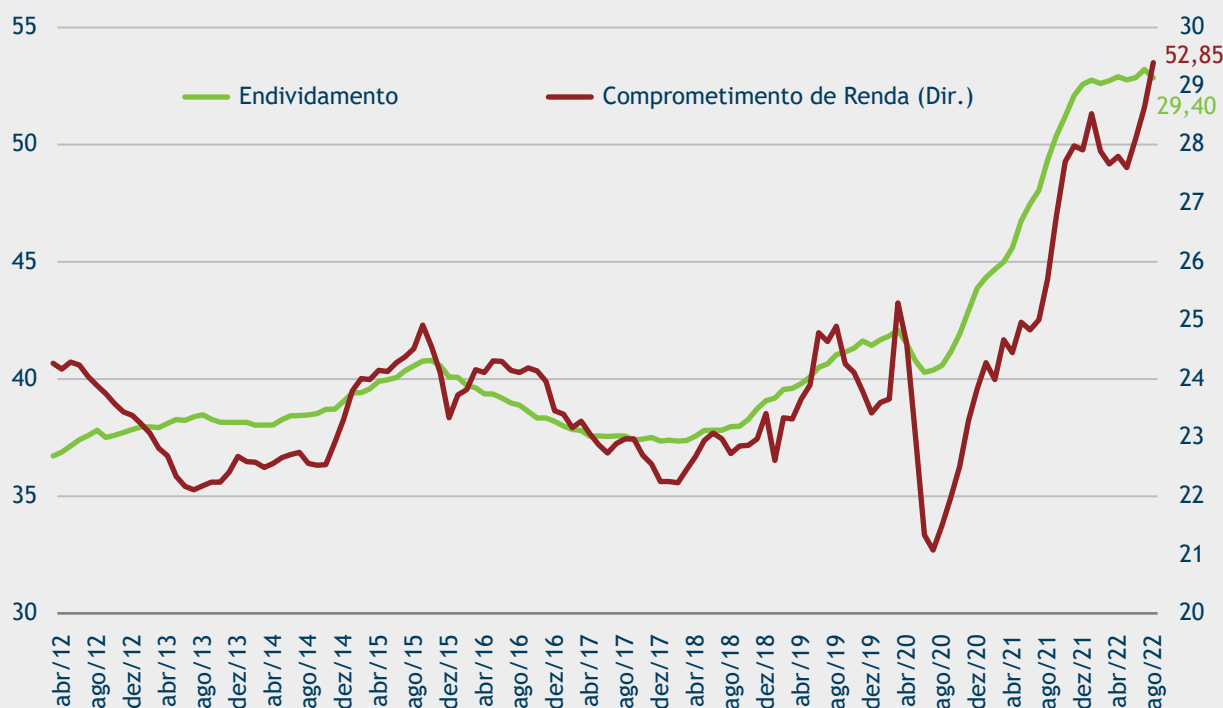
³Íntegra da entrevista de Silvia Matos à *Conjuntura Econômica* de outubro: <http://bit.ly/3fqtfNF>

quadro da pobreza brasileira, fundamental para uma boa calibragem da política social. Uma evidência nesse sentido é o aumento desproporcional do número de “adultos morando sozinhos” dentro do Cadastro Único - de 1,8 milhão em dezembro de 2018 para 4,9 milhões em agosto de 2022, enquanto a evolução do número de famílias beneficiárias com dois ou mais membros saiu de 12,2 milhões para 15,3 milhões. Para Silvia, uma reorganização dos benefícios para incluir, entre outros, um seguro para o trabalhador informal, nos moldes da proposta da Lei de Responsabilidade Social do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), seria um bom ponto de partida.

“Outro gol de placa que o governo pode fazer em 2023 é a aprovação da reforma tributária”, afirma, lembrando que as propostas para a reforma dos impostos indire-

tos contidas na PEC 45 e PEC 110 já foram amplamente discutidas, e que essa reforma é fundamental para ampliar a eficiência econômica, estreitamente relacionada com um aumento do potencial de crescimento do país. “Hoje, empresas se organizam não para serem mais eficientes, mas para pagarem menos imposto. E vários estudos mostram que, se continuarmos alocando recursos de forma ineficiente, cresceremos pouco de forma consistente”, diz. Silvia ressalta, entretanto, que um mandato reformista na medida que o país precisa demanda um Executivo forte, para liderar essa agenda diante do Congresso. “Congressos conservadores como o que teremos em 2023 não necessariamente são mais reformistas, assim como a aprovação de gastos ineficientes nos últimos anos teve apoio tanto da direita quanto da esquerda. Daí a importância desse papel do Executivo”, conclui.

Endividamento das Famílias e Comprometimento de Renda (% renda)



Fonte: BC Elaboração: FGV IBRE.

Parte 3

Macroeconomia e energia



Nova ordem (energética) mundial

Os choques da pandemia e da guerra na Ucrânia jogaram novos matizes na dinâmica entre as duas principais economias globais - Estados Unidos e China - pela liderança em segmentos estratégicos que lhe garantam supremacia econômica. Por um lado, a Covid-19 acentuou os questionamentos sobre alta concentração produtiva na China - que em 2018 foi usada pelos Estados Unidos para lançar sua guerra comercial contra o país -, epicentro da desorganização das cadeias de valor que marcaram os últimos anos. A guerra na Ucrânia, por sua vez, adicionou ao menos mais uma variável nesse balanço de poderes: a segurança energética, fruto do risco de desabastecimento na Europa, altamente dependente de importações da Rússia. Seja do ponto de vista da própria autossuficiência, seja pela capacidade de influenciar o suprimento de energia de outras economias, esse elemento emergiu na pauta global e na análise de risco das duas potências.

“Estamos diante da conformação de uma nova ordem energética mundial”, afirma Fernanda Delgado, diretora executiva Corporativa do IBP. Diferentemente da lógica realista tradicional - concentrada na geopolítica do petróleo, ilustrada pelos conflitos militares no Oriente Médio -, desta vez esse balanço de poder soma o desafio da agenda da descarbonização para conter os efeitos das mudanças climáticas. “Essa nova ordem será estabelecida a partir de uma busca de pluralidade maior de energéticos. A começar pela Europa, que procura outras formas de

garantir seu suprimento, e pela Rússia, atrás de outros compradores a partir do momento em que começa a ser embargada”, descreve Fernanda.

Na segunda edição de *Economia, Política e Energia - Diálogos Estratégicos*, Livio Ribeiro, pesquisador associado do FGV IBRE, destacou que nessa frente a vantagem inicial é folgadoamente do hegemom ocidental. Principal produtor de petróleo e de gás natural do mundo - com uma produção de gás mais de três vezes superior que a da China, e quatro vezes superior em petróleo - os Estados Unidos são quase autossufi-

Estados Unidos

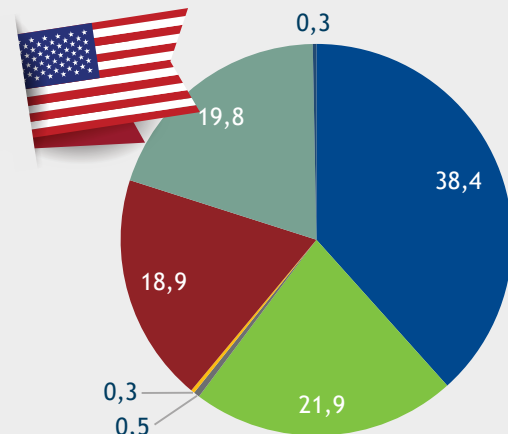
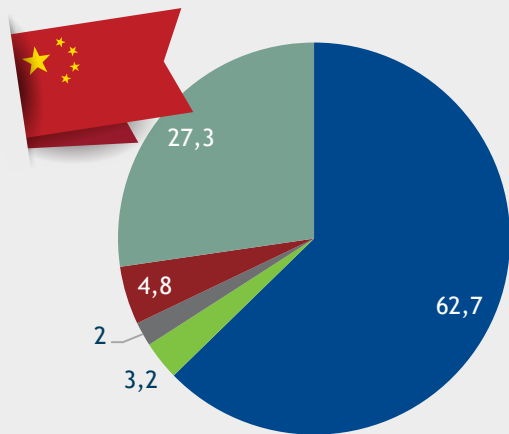
Uma manutenção dos preços de petróleo em níveis mais elevados viabiliza investimentos em gás de xisto, mudando o balanço energético no país



cientos em energia, lembra. E com potencial de se tornar um dos principais exportadores de petróleo para países que terão que ampliar seu consumo no curto prazo, dado o limite da Opep+ (Organização dos Países Exportadores de Petróleo mais dez países, incluindo a Rússia) em aumentar sua produção. “Além disso, a manutenção de preços de petróleo mais elevados torna a exploração de *shale gas* possível, garantindo um excedente doméstico. Com o *break even* de uma estação de gás de xisto na casa de US\$ 55, e o petróleo rodando a US\$ 90 o barril, muitos investimentos poderão sair do papel, mudando o balanço energético no país”, diz.

“A China, por sua vez, ainda tem sérias questões de segurança energética, com uma matriz historicamente apoiada no carvão, e regiões em que esse suprimento - contando uso e produção - envolve várias implicações sociais”, afirma Livio. Em 2019, o carvão ainda representava 12% do consumo final de energia nos domicílios chineses, especialmente no norte do país, contra 4% na média global. O governo chinês tem promovido políticas para substituição desse uso, incluindo financiamento para gasodutos e linhas de transmissão, mas enfrenta desafios que vão da logística ao administrativo e financeiro. Em algumas localidades como a província de Shanxi, relatada em paper do Instituto Oxford

Composição matriz elétrica EUA x China (%)



■ Carvão ■ Gás ■ Outras térmicas
■ Nuclear ■ Renovável

■ Gás natural ■ Carvão ■ Petróleo ■ Nuclear
■ Renovável ■ Outras fontes ■ Outros gases

Renováveis:	Hidrelétrica	16,9
	Eólica	5,6
	Solar	3,2
	Biomassa	1,3

Renováveis:	Eólica	9,2
	Hidrelétrica	6,1
	Solar	2,8
	Biomassa	1,3
	Geotermal	0,4

Fonte: China Energy Portal (dados de 2019).

Fonte: US Energy Information Administration (EIA), nov/22.



“Padrões de consumo serão reconstruídos e padrões de oferta de energia se tornarão mais diversos, tanto em vetores energéticos disponíveis quanto em fornecedores e cadeias de suprimentos”

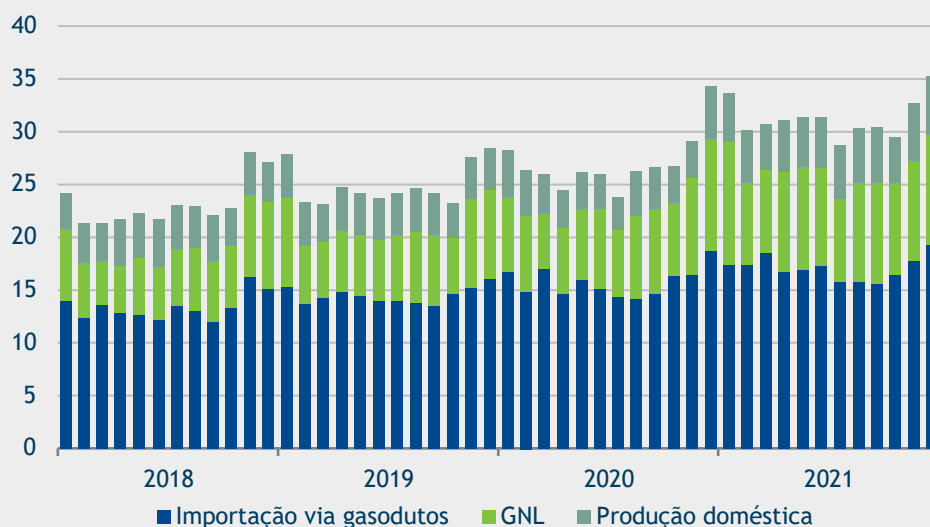
Fernanda Delgado

para Estudos em Energia¹, observou-se que mesmo com o investimento em instalações a gás, famílias de baixa renda, sem condições de arcar com os custos do novo sistema, retrocederam ao carvão ou biomassa para cozinhar e aquecer suas casas.

O economista do FGV IBRE ainda ilustra a vulnerabilidade chinesa em questão energética indicando a falta de interligação do sistema nacional, que surpreendentemente o país ainda não conseguiu fazer, mesmo diante da comprovada capacidade em realizar grandes obras de infraestrutura. Em agosto, por exemplo, com a seca que prejudicou a produção hidrelétrica na província de Sichuan - matriz responsável por 82% do abastecimento na região - houve a necessidade de se estender o período de fechamento de fábricas e desligar a iluminação de áreas públicas para economizar energia. “E havia oferta de energia no en-

¹Acesse o paper do Oxford Institute for Energy Studies: <http://bit.ly/3AtDKXt>

Gás natural na China - fornecimento (em bcm)



Fonte: NBS, China Customs.



torno. Sem um sistema interligado - como o feito pelo Brasil depois da crise elétrica de 2001 -, entretanto, a alternativa foi racionar”, diz.

“Os chineses têm aumentado sua importação de petróleo, buscando verticalizar a produção com empresas investindo especialmente na África. E, no caso do gás natural, sofrem com uma estrutura que ainda é deficiente. Para se ter uma ideia, a primeira planta de regaseificação de GNL do país foi instalada em Xangai somente em 2018”, acrescenta Lívio. No segmento de gás natural, destaca-se o acordo assinado entre os governos chinês e russo em fevereiro, antes da invasão russa à Ucrânia, para um aumento de fornecimento do insumo à China. A medida é vista como um alívio como oportuno pelo governo chinês - em um contexto de alta volatilidade de preço do GNL e possível aumento de de-

manda, apesar do baixo dinamismo econômico recentemente observado. O que não necessariamente significará, apontam analistas, um aumento de investimentos em gasodutos. Além de ser custoso, há um risco político que a pragmática China tem no radar, ainda que hoje surfe a onda de aumento de importações do país.

Países que lideram em capacidade instalada de energia renovável no mundo

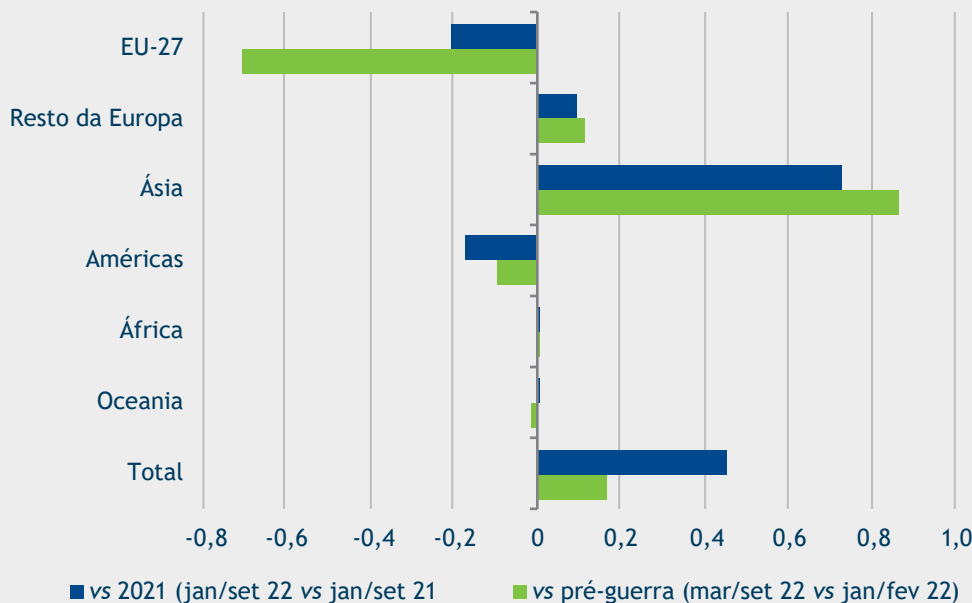
China	1 TW
EUA	398 GW
Brasil	160 GW
Índia	158 GW
Alemanha	139 GW



Fonte: Renewables 2022 Global Status Report

Exportações russas de petróleo: mudança de destinos

(em milhões de barris/dia)



Fonte: OIES.



China

Em 2019, o carvão ainda representava 12% do consumo final de energia nos domicílios chineses, especialmente no norte do país, contra 4% na média global



de instalada de renováveis. “Com muito subsídio estatal colocado nessa área, os chineses conquistaram uma capacidade amplamente superior à sua demanda, e hoje têm essas energias colaborando dos dois lados da balança comercial: melhorando o lado da exportação, com a venda de equipamentos, e reduzindo a importação de energia”, diz Livio. “Do lado da geração, entretanto, ainda que esta represente um percentual invejável em relação a outras economias, ainda há muito a avançar”, defende Livio.

Novos arranjos, ainda sem data de validade

“Essa nova ordem econômica e energética mundial se reconfigura aos poucos no ambiente pandêmico, recessivo e transaccional atual. Padrões de consumo serão reconstruídos, padrões de oferta de energia se tornarão mais diversos, tanto em vetores energéticos disponíveis quanto em *players* (fornecedores, cadeias de suprimentos)”, diz Fernanda. “Hoje, o contraponto aos Estados Unidos no campo

O lado meio cheio desse copo é que, diante do desafio pela suficiência energética, os chineses não pouparam investimentos para desenvolver uma indústria de equipamentos para geração eólica e solar, na qual são líderes, além de estarem na ponta do ranking mundial em capacida-

Energia eólica

Distribuição da capacidade industrial para produção de turbinas (2020)

Total capacidade = 120 GW	China	58%
	Europa	18,50%
	EUA	10%
	Índia	8,50%
	América Latina	4%
	Outros	1%

Países com maior geração eólica *onshore*

(em GW)	China	310
	EUA	134,3
	Alemanha	56,8
	Índia	40
	Espanha	28,3
	Brasil	21,5

Fonte: Gwec - Annual Wind Report 2022.

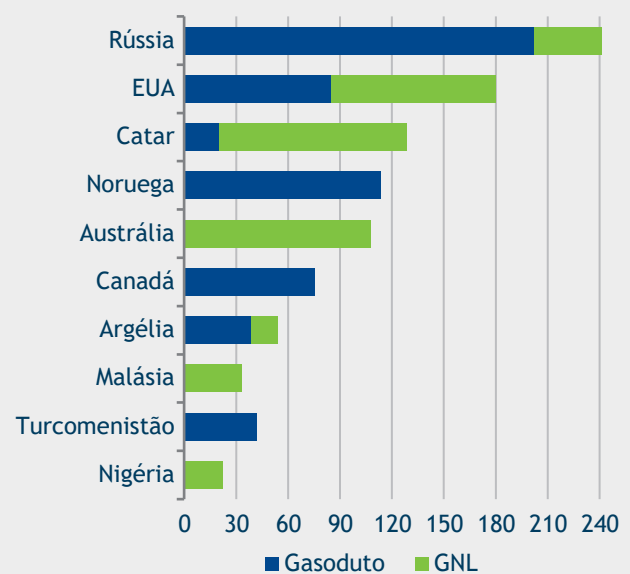
energético está se formando na consolidação da tríade China, Rússia e Índia”, afirma, “a partir do momento em que os países ocidentais buscam isolar a Rússia, com a Europa buscando novas fontes de energia, estimulando a formação de novas configurações”. Com isso, o petróleo dos Estados Unidos ganha participação no mercado europeu. A Rússia, por sua vez, registra um aumento dos embarques para a China e especialmente para a Índia. Tendência que parece ter se refletido na balança comercial brasileira, com a redução de embarques de petróleo para seu principal parceiro comercial até o terceiro trimestre, revelando um possível efeito substituição. Em termos de volume, entretanto, é a Índia que se destaca como o país que mais ampliou suas compras de petróleo da Rússia. Com uma oferta a preços convidativos, a importação de petróleo da Rússia saiu de uma média de 103 mil barris diários em 2021 para 840 mil em maio deste ano, chegando a superar 1 milhão em junho. Com todo esse volume, a Índia acelerou a operação de suas refinarias, e suas próprias exportações. E, paralelamente, também se destaca no investimento em geração de energia solar e eólica, administrando as demandas por uma energia mais verde, e sua própria necessidade de reduzir a dependência de importação de petróleo, gás e também carvão - insumo do qual a Rússia é o sexto fornecedor para o país, atrás de Indonésia, África do Sul, Austrália, EUA, Moçambique e Colômbia.

Mas se as relações comerciais em torno da energia tendem a não ser mais as mesmas - tanto pela reorientação das exportações, quanto pela tendência de aumento gradual da participação das ener-

gias renováveis na matriz mundial - Fernanda ressalta que ainda não está claro qual será o novo padrão. Diagnóstico corroborado por Ribeiro, que ressalta que dependerá, também, do comportamento do mercado daqui em diante. “Primeiramente, é preciso separar a discussão do petróleo de outros hidrocarbonetos, in-

Maiores exportadores de gás natural

2021, bilhão m³ por ano



Total exportado
1,22 trilhão m³

Fonte: Elaboração IBP com dados BP.

clusivo gás natural, devido a suas características estruturais muito diferentes”, diz. “Logo é preciso considerar uma estrutura de oferta que é distinta, na medida em que há uma Opep+ e uma guerra de um lado, e de outro tem uma reestruturação da estrutura oferta e demanda por gás natural no mundo.”

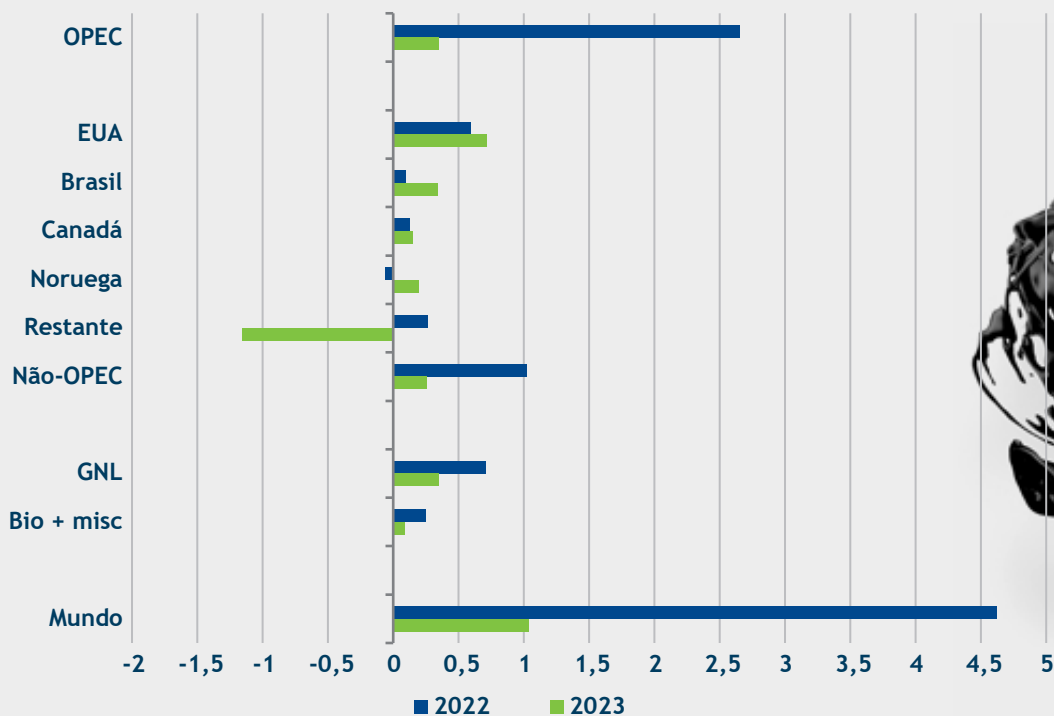
Ribeiro recorda que, no caso do petróleo, é preciso destacar três momentos recentes: a chegada da pandemia, quando a demanda desaba, e devido à incapacidade de se ajustar a oferta, os preços também caem. Logo, o mercado segura a oferta para que, quando a demanda voltasse a acelerar, o preço médio garantisse a compensação desse buraco aberto em 2020. “Só que, na medida em que os preços são mais altos, facilita-se a produção menos

eficiente, que em condições normais não funcionaria, criando um efeito guarda-chuva.” Ribeiro considera que, apesar da junção de ruídos tanto na frequência econômica quanto geopolítica, prevalece a impressão de que o mercado tende a certa estabilidade a médio prazo. “Será preciso algum choque novo, como algum evento muito sério na Rússia, para se projetar um preço muito mais alto do que estamos observando”, diz.

No caso do gás natural, o ponto de partida é diferente. “Primeiramente, não se trata de um produto exatamente *tradable*, porque uma parte demanda estrutura de gasodutos - o que é caro e demanda passar por regiões conflituosas. E o comércio de GNL por navios não é considerado o mais eficiente”, afirma Ribeiro. “Além disso, é

Projeções para a demanda de petróleo, por país fornecedor

(em milhões de barris/dia, ano a ano)



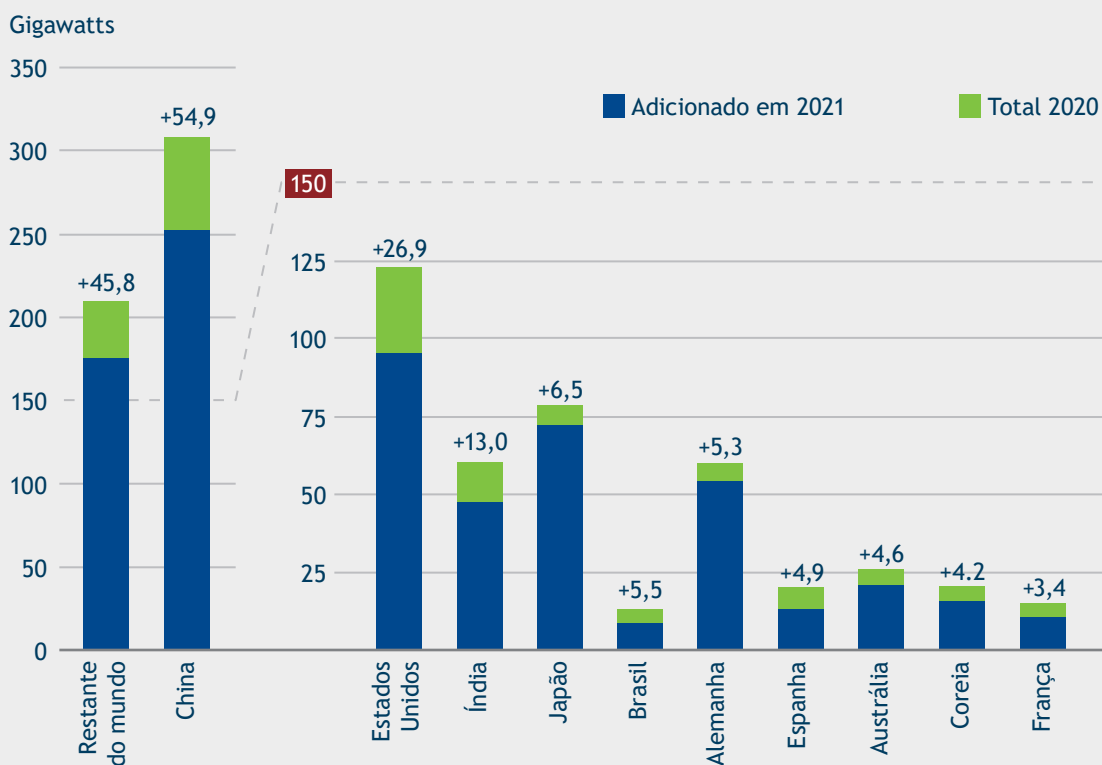
Fonte: OIES.

um mercado regionalizado. O gás americano é diferente do benchmark europeu, que é diferente do preço chinês de Xangai ou da Austrália.” Para ilustrar a falta de previsibilidade sobre como ficará o mercado, economista cita a estratégia observada no final de outubro de navios de GNL ancorados na Europa de olho na aceleração de preços que se registrava na Ásia, esperando a melhor oferta. “Ao contrário do petróleo, em que me parece já haver uma situação mais ajustada, é mais complexo estimar o que acontecerá com o gás natural.”

Esse é um dos pontos de interrogação dentro de uma dúvida maior, sobre quais serão os novos padrões dentro de cada matriz nacional/ regional. “A posteriori é fácil identificar que tudo o que vemos hoje é fruto de um erro estratégico da

Europa, de aceitar uma dependência excessiva da energia russa. Porque era mais barato e conveniente, colocou-se o risco geopolítico num canto. Abandonar a energia nuclear, por exemplo, agora está se mostrando uma deficiência importante nesse debate”, diz Ribeiro, ressaltando a necessidade de os europeus buscarem outros hubs - basicamente EUA, Catar e Emirados Árabes de forma geral. E como será a conciliação desse movimento com a transição energética em busca da descarbonização? “Vai ter seu custo e levar algum tempo. Dependerá de investimento, disposição. O que há de garantido é que o debate energético europeu - e, em certa medida, mundial, em 2025 não será o mesmo que houve em 2020. E os parâmetros terão de ser constantemente revisados”, conclui.

Capacidade de geração solar, principais países e adições em 2021



Fonte: Renewables 2022 Global Status Report.

COP27

A agenda brasileira do setor energético

O desafio de conciliar uma meta audaciosa de redução de emissões de gases do efeito estufa com o apelo da segurança energética, que emergiu do impacto da guerra na Ucrânia no abastecimento de gás na Europa, influenciou o debate na Conferência das Partes da ONU, COP27, no Egito. No mundo, o principal desafio de descarbonização está no consumo de energia. No Brasil, que conta com uma invejável matriz majoritariamente limpa e renovável, a tarefa se concentra na administração do uso da terra - o que não o isenta, entretanto, de desafios no setor energético.

“Costumo dizer que, nesse campo, o Brasil tem um problema bom. Contamos com uma miríade de fontes de energia - hidrocarbonetos, energia eólica, solar, biomassas, biocombustíveis. Mas ainda precisamos de uma grande articulação que endosse essa vocação nacional”, afirmou Fernanda Delgado, diretora executiva Corporativa do IBP em painel de seminário² promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em Sharm El Sheikh, Egito, do qual também participaram executivos da

²Íntegra do evento Dia da Indústria, da CNI, disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=sKU4BI2AAcg>





Raízen, da Associação Brasileira de Energia Fotovoltaica (Absolar) e do Centro de Pesquisa em Inovação em Gases de Efeito Estufa (RCGI FAPESP-Shell).

Para Fernanda, essa articulação de distintos segmentos - como energia, agricultura, gestão da água - em torno de uma política transversal pode colaborar não apenas para o melhor aproveitamento das potencialidades de cada uma como para a geração de uma narrativa unificada sobre o papel do setor energético brasileiro em fóruns internacionais. “Sabemos como fazer, temos todas as condições para isso. E a indústria de óleo e gás tem muito a contribuir nesse processo, com expertise, tecnologia, fontes de financiamento, e toda a estrutura de pesquisa e desenvolvimento que possui”, ressalta..

A diretora do IBP pontuou algumas diretrizes que considera importantes nesse caminho em busca da redução das emissões no setor de energia. A primeira é de que não há uma solução única para todos os países ou regiões, e que os consensos globais em torno a metas de descarbonização terão de levar em conta os potenciais e os tratamentos mais adequados a cada um. “Tem que ser um jogo justo dentro da realidade dos países”, afirmou. “Além

disso, os efeitos da dependência do gás russo em meio à guerra da Ucrânia reforçou que, quanto mais plural é uma matriz, menos vulnerável é uma economia. Não é uma competição entre renováveis e fósseis. Há espaço para todas as fontes. Quanto mais aberto e dinâmico for o mercado - não apenas quanto à pluralidade de energéticos, como de *players* - mais fortalecido ele é.

Outra mensagem deixada por Fernanda - no mesmo dia em que o presidente eleito Lula fez seu discurso na COP27, declarando a disposição do Brasil em se unir aos esforços globais para “a construção de um planeta mais saudável” - foi sobre a importância de aproximar a sociedade das discussões. “Hoje o Brasil ocupa uma posição invejada por muitos países, com 25% da matriz de transportes atrelados aos biocombustíveis, e 80% da matriz elétrica ocupados por fontes renováveis. Mas estamos tratando do futuro, que envolve crescimento econômico e novas demandas. Esse futuro tem que ser sustentável, caber no bolso da população, o que implica um conjunto de variáveis - definir o espaço de cada fonte, políticas públicas, regulações”, enumerou. “Nesse processo, não podemos perder de vista que, no final de qualquer sistema econômico, existem famílias”, afirmou, lembrando que o caminho que a transição energética tomará de fato ainda é desconhecido. “Sabemos que precisamos limitar o aumento da temperatura da Terra a 1,5 grau Celsius em relação à era pré-industrial, ou próximo disso. Como será feito, não sabemos, exceto de que será complexo. Assim, precisamos trazer a sociedade para o debate, para que ela se sinta protegida e participe do processo”, concluiu.



CONECTAR TODA A INDÚSTRIA PARA IR CADA VEZ MAIS LONGE.
ISSO GERA ENERGIA.



/ibpbr



@ibpbr



@ibp_br



/IBPbr



/ibpbr

Expediente

Presidência/CEO do IBP:
Roberto Furian Ardenghy

Diretoria Executiva Corporativa:
Fernanda Delgado

Gerência de Análise Econômica:
Raquel Filgueiras
André Alves

**Gerência de Comunicação e
Relacionamento com Associados:**
Tatiana Campos
Priscila Zamponi
Alexandre Romão